



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 107

197

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0046310-38.2008.8.17.0001 (214169-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: JOÃO BARBOSA DE OLIVEIRA  
APELADO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

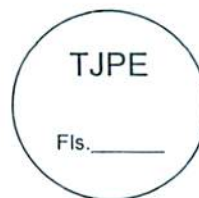
EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. CARÁTER APENAS PARCIAL DA DEBILIDADE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, "B", DA LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 11.482/2007. VALOR PAGO PELA SEGURADORA REPUTADO COMO CORRETO. ÔNUS DA PROVA. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

- Ao utilizar a preposição "até", a alínea "b" do art. 3º da Lei 6.194/74, na redação anterior à Lei 11.482/2007, não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao valor máximo a ser percebido por quem resultar permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo elementos para autorizar interpretação segundo a qual a indenização deve ser sempre deferida naquele valor exato.

- Não restando dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro, bem como não tendo o apelante logrado êxito em comprovar que sua debilidade é maior do que



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



198

aquela apontada pelos documentos acostados aos autos, o valor já pago pela seguradora deve ser considerado correto, não havendo que se falar em complementação da indenização.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator

199



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0046310-38.2008.8.17.0001 (214169-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

APELANTE: JOÃO BARBOSA DE OLIVEIRA

APELADA: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto de sentença (fls. 54/58) que julgou improcedente Ação de Cobrança de Saldo de Seguro DPVAT, entendendo não haver nos autos "nada que possa ser levado em consideração para que se conclua pela invalidez permanente do suplicante e, portanto, pelo reconhecimento do direito perseguido do valor da diferença entre o que fora pago [R\$ 2.835,00 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais)] e o máximo previsto no art. 3º, letra 'b', da Lei 6.194/74".

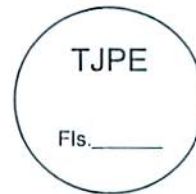
O autor ainda foi condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, observados os termos do art. 12<sup>1</sup> da Lei 1.060/50.

Em suas razões recursais (fls. 99/103), o Apelante requer a complementação do valor já recebido, sustentando que a quantia correta seria de 40 salários mínimos, conforme farta jurisprudência e expressa disposição legal.

<sup>11</sup> Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se, dentro de 5 (cinco) anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



200

Em contrarrazões (fls. 81/91), a Apelada assevera que a indenização em questão foi corretamente paga, de acordo com o grau de invalidez do apelante, conforme tabela prevista na circular nº 29/91 da SUSEP, pugnando ao final pela manutenção da sentença por seus próprios fundamentos.

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único<sup>2</sup>, do Regimento Interno do TJPE.

Recife, 100510

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

<sup>2</sup> Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0046310-38.2008.8.17.0001 (214169-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: JOÃO BARBOSA DE OLIVEIRA  
APELADO: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

V O T O

Tratam os autos de discussão quanto à existência de saldo residual a ser pago pela Apelada ao Apelante, a título de indenização securitária DPVAT, ensejada por invalidez permanente.

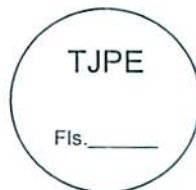
Sem maiores rodeios, entendo assistir razão à Apelada, em face da dicção da própria lei.

Ora, ao utilizar a preposição "até", o dispositivo<sup>1</sup> não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao teto da quantia a ser percebida por quem resultar permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo nada que autorize interpretação segundo a qual a indenização deve ser deferida sempre naquele valor exato.

<sup>1</sup> Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: a) *omissis*; b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente; (...) (Grifos nossos)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



Nem mesmo para o senso comum referida interpretação faz sentido, pois a lei<sup>2</sup> previa indenização em exatos quarenta salários mínimos em caso de evento morte, sendo inconcebível a percepção da mesma quantia por alguém que, por exemplo, perdeu os movimentos de um braço ou de uma perna.

Destarte, não há dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro. A propósito, veja-se o recentíssimo julgado a seguir (grifos nossos):

.....

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009)

.....

<sup>2</sup> Lei 6.194/74, Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de morte; (...) (Grifos nossos)

203



Assim, como a lei não previu expressamente de que maneira seria quantificado o valor a ser indenizado, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12, caput<sup>3</sup>, da própria Lei 6194/74 - não havendo que se falar, portanto, em conflito normativo -, emitiu a Resolução 109/04, cujo art. 13, II, dispõe:

.....

Art. 13. A sociedade seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada: (...)

II - em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter de invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data de liquidação do sinistro; (...)

.....

A tabela mencionada no dispositivo transcrito foi instituída, por sua vez, pela Circular SUSEP 29/91, detalhando os percentuais indenizatórios a serem observados conforme a invalidez do segurado, tabela esta que foi posteriormente incorporada como anexo à própria lei<sup>4</sup>, com pequenas modificações.

<sup>3</sup> Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei.

<sup>4</sup> Incluído pela Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009.





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



204

Neste aspecto, verifico que o laudo do IML juntado pelo Apelante (fl. 21) afirma não haver resultado do acidente *perda* ou *inutilização* de qualquer membro, sentido ou função do recorrente, mas "apenas" uma cicatriz e *debilidade* permanente de membro e função, o que não se confunde com *invalidéz total permanente*, apta a atrair o deferimento da indenização no máximo previsto na lei.

Assim sendo, não tendo o Apelante logrado êxito em comprovar que seu grau de invalidez é superior àquele emergente do documento acima mencionado, os cálculos efetuados pela seguradora devem ser reputados corretos, donde se conclui já ter havido a quitação da dívida, não havendo que se falar em complementação.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo inalterada a sentença.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator